

Contabilidade Aplicada ao Setor Público Analista de Planejamento e Orçamento/MP

Pessoal, vou comentar as questões da prova.

81. De acordo com o Decreto n. 93.872, de 1986, a cooperação financeira da União a entidade pública ou privada far-se-á mediante subvenção, auxílio ou contribuição. Com base em tais conceitos, assinale a opção correta.

a) A subvenção **concedida para ampliação das instalações de um hospital privado** está condicionada à comprovação de que dispõe de recursos próprios para a manutenção de seus serviços.

ERRADO, subvenção é para despesas correntes, neste caso seria um auxílio.

b) Uma empresa pública dependente poderá beneficiar-se de subvenção social para **cobertura de déficit de manutenção** mediante autorização em lei especial.

ERRADO, seria subvenção econômica neste caso.

c) Se o governo estiver vendendo produto alimentício de seus estoques reguladores abaixo dos preços de mercado, a diferença caracteriza subvenção econômica.

CERTO.

d) A contribuição é concedida **diretamente pela lei orçamentária** e tem por finalidade atender a um encargo assumido pelo beneficiário da contribuição.

ERRADO, a contribuição antes de ser inserida na LOA, depende de lei especial anterior.

e) Os recursos destinados, mediante convênio, à realização de pesquisas **não estão sujeitos à prestação de contas**, dado à imprevisibilidade dos resultados.

ERRADO, a subvenção, auxílio ou contribuição exigem prestação de contas.

82- A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, contém vários conceitos de Contabilidade Pública, entre os quais, é correto afirmar que:

a) as operações de cada fundo são contabilizadas à conta dos órgãos pelos quais são geridas.

ERRADO. Inicialmente concordo que o gabarito deve ser C, mas aqui a banca não foi clara. Ou seja, as operações dos fundos serão contabilizadas isolada e conjuntamente. **Assim, elas também serão contabilizadas juntamente com as contas dos órgãos pelos quais são geridas.**

LRF

Art. 50

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente.

b) o resultado dos fluxos financeiros é apurado segundo o regime de **competência**.

ERRADO, **regime de caixa**.

c) nas demonstrações conjuntas, excluem-se as transações intergovernamentais.

ERRADO, **excluem-se as intraorçamentárias**.

d) as normas gerais para consolidação das contas públicas estão sendo editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

CERTO.

e) as disponibilidades de caixa, ao final do exercício, são reunidas em uma única conta, **na qual não se identifica mais a origem dos recursos**.

ERRADO, **os recursos devem estar na conta única de forma individualizada**.

83- Para a elaboração do balanço patrimonial no modelo da Lei n. 4.320, de 1964, dispõe-se dos seguintes dados (em R\$ 1.000,00):

Passivo financeiro: 4.500

Ativo permanente: 3.900

Superávit financeiro: 1.700

Passivo real descoberto: 800

Passivo compensado: 6.300

Com base nos dados acima, conclui-se que:

a) pela indicação do balanço, não há receita disponível para a abertura de créditos suplementares ou especiais.

ERRADO, há um superávit financeiro de 1700, que é uma das fontes.

b) a soma do ativo real é superior à do passivo real.

ERRADO, temos passivo real a descoberto.

c) os totais do ativo e passivo compensados não compõem os totais gerais do ativo e do passivo.

ERRADO, compõem os totais gerais.

d) o ativo real é igual a 9.300.

ERRADO.

Para melhor análise vamos montar o Balanço Patrimonial.

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	X	PASSIVO FINANCEIRO	4500
ATIVO PERMANENTE	3900	PASSIVO PERMANENTE	Z
Soma do Ativo Real	<u>Y</u>	Soma do Passivo Real	W
SALDO PATRIMONIAL	<u>800</u>		
ATIVO COMPENSADO	<u>6300</u>	PASSIVO COMPENSADO	<u>6300</u>

Diante disso, temos:

$$-SF = AF - PF \rightarrow 1700 = X - 4500 \rightarrow \underline{X = 6200.}$$

$$-A \text{ Real} = AF + AP \rightarrow A \text{ Real} = 6200 + 3900 \rightarrow \underline{Y = 10.100.}$$

$$-\text{Passivo Real a descoberto} = P \text{ Real} - A \text{ Real} \rightarrow 800 + 10.100 = W \rightarrow \underline{W = 10.900.}$$

$$- P \text{ Real} = PF + PP \rightarrow 10.900 = 4500 + Z \rightarrow \underline{Z = 6.400.}$$

e) o passivo permanente é igual a 6.400.

CERTO.

84- As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público. No que diz respeito ao reconhecimento de variações patrimoniais quantitativas, é correto afirmar que:

a) no caso do IPVA, o reconhecimento se dá antes da arrecadação da receita orçamentária.

CERTO, a VPA ocorre no lançamento, antes da arrecadação.

b) quando o recebimento de valores ocorre paralelamente à prestação a termo de serviço, o reconhecimento se dá após a arrecadação da receita orçamentária.

ERRADO, neste a VPA coincide com a arrecadação.

c) o reconhecimento do direito ao 13º salário do servidor deve ser feito **até o final de cada exercício**, exceto se o pagamento for antecipado.

ERRADO, deve ser reconhecido mês a mês.

d) no suprimento de fundos, o reconhecimento da variação patrimonial se dá no **momento da concessão do suprimento**, juntamente com a despesa orçamentária.

ERRADO, a VPD ocorre na prestação de contas.

e) no caso de Restos a Pagar processados, o reconhecimento da despesa ocorre por ocasião do seu **pagamento**.

ERRADO, no RP processado em regra, a VPD coincidiu com a liquidação.

85- O Decreto-lei n. 200, de 1967, trata, entre outras questões, das normas de administração financeira e de contabilidade. De acordo com essas normas, assinale a opção correta.

a) Os órgãos da Administração Direta e **as entidades da Administração Indireta** observarão um plano de contas único.

ERRADO, Art. 69. Os órgãos da Administração Direta observarão um plano de contas único e as normas gerais de contabilidade e da auditoria que forem aprovados pelo Governo.

b) As despesas inscritas em Restos a Pagar, quando a entrega do material ocorrer depois do encerramento do exercício, serão liquidadas quando de seu recebimento.

CERTO.

c) A auditoria orçamentária e financeira será realizada **mediante a requisição sistemática de documentos ou comprovantes, preferencialmente às inspeções do controle externo.**

ERRADO.

Art. 75. Os órgãos da Administração Federal prestarão ao Tribunal de Contas, ou suas delegações, os informes relativos à administração dos créditos orçamentários e facilitarão a realização das inspeções de controle externo dos órgãos de administração financeira, contabilidade e auditorias. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)

Parágrafo único. As informações previstas neste artigo são as imprescindíveis ao exercício da auditoria financeira e orçamentária, realizada com base nos documentos enumerados nos itens I e II do artigo 36 do Decreto-lei número 199, de 25 de fevereiro de 1967, vedada a requisição sistemática de documentos ou comprovantes arquivados nos órgãos da administração federal, cujo exame se possa realizar através das inspeções de controle externo. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)

d) Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte, exceto as caracterizadas como extraordinárias.

ERRADO, não há essa ressalva.

e) O ordenador de despesa será inscrito como responsável, exonerando-se de sua responsabilidade **somente em caso de desligamento do serviço público**.

ERRADO.

Art. 80. Os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo o ordenador da despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.

Prof. M. Sc. Giovanni Pacelli

Informo que estão disponíveis no site a editora ELSEVIER dois livros de minha autoria: um de questões objetivas e outro de questões discursivas.

<http://www.grupogen.com.br/catalogsearch/result/?q=giovanni+pacelli>

Observação importante: este curso é protegido por **direitos autorais** (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos. Valorize o trabalho de nossa equipe adquirindo os cursos honestamente através do site Estratégia Concursos ;-)